

## PROTEÇÃO AO TEXTO LITERÁRIO COMO PEÇA INTEGRANTE DO NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Maximiano de Carvalho e Silva  
UFF

### 1 – DÉCADA DE 30: A GRANDE RENOVAÇÃO DA VIDA CULTURAL BRASILEIRA

A década de 30 está assinalada no Brasil como a do início de notáveis realizações nos campos da Educação e da Cultura. O Governo Provisório instalado com a Revolução de 1930, sob a chefia do Presidente Getúlio Vargas, tomou como uma das primeiras iniciativas a da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, confiado à direção do jurista e político mineiro Francisco Campos, a quem coube promover importantes reformas como a que regulamentou a formação e organização das Universidades brasileiras<sup>1</sup>. Só em 1934, todavia, seria criada a primeira das nossas Universidades verdadeiramente em condições de propor e executar programas de ensino e pesquisa de maior alcance: a Universidade de São Paulo (USP), lúcido ato de governo de Armando de Sales Oliveira à frente do Estado bandeirante<sup>2</sup>.

Meses mais tarde, no âmbito federal, a Assembléia Nacional Constituinte, em funcionamento desde o ano anterior, concluiu a elaboração de uma nova Constituição para o país – a Constituição de 1934 – em cujo artigo 148 se estabelecia com toda a nitidez:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

O cumprimento desse dispositivo constitucional ficou a cargo de um político de boa formação humanística – Gustavo Capanema – a quem o Presidente Getúlio Vargas, na segunda e na terceira fase do seu governo (1934–1937/1937–1945, o chamado Estado Novo), entregou a direção do Ministério da Educação e Saúde. Os planos desse novo Ministro, executados em mais de onze anos, tiveram sempre as marcas de seriedade, de lucidez, de incontestável interesse público: os referentes à proteção ao patrimônio histórico e artístico puseram em relevo o dever de cuidar das relíquias do passado, atestados de etapas seguidas em que se plasmou o espírito nacional.

Desejando tornar realmente efetiva essa proteção, o Ministro Capanema solicitou e obteve do escritor Mário de Andrade, que dirigia o Departamento de Cultura da municipalidade de São Paulo, a elaboração de um anteprojeto de criação de um órgão governamental com tal finalidade. E assim foi feito, num documento datado de 24 de

março de 1936, em que no entanto as referências mencionam o "patrimônio artístico" e não o "patrimônio histórico e artístico" como estava no pensamento do Ministro<sup>3</sup>. No mesmo ano de 1936, começava a funcionar o órgão que receberia o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Pouco mais tarde, já no Estado Novo, Capanema conseguiu que o artigo 134 da carta constitucional de 10 de novembro confirmasse a proteção do poder público aos "monumentos históricos, artísticos e naturais" e às "paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza", e ainda mais, equiparasse os "atentados contra eles cometidos" aos "cometidos contra o patrimônio nacional". Decretos-Leis ainda no ano de 1937 consagraram as medidas que o Ministro tinha em mente: o de número 25, datado de 30 de novembro, que estabeleceu a organização inicial do SPHAN; e o de número 83, que criou o Instituto Nacional do Livro (INL), fixando como atribuições principais do mesmo as de "editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional" e de "promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros"<sup>4</sup>.

No ano de 1935, entrara em funcionamento na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, uma outra importante instituição de ensino superior, a Universidade do Distrito Federal (UDF), na administração do Prefeito Pedro Ernesto e do Secretário de Educação Anísio Teixeira: e foram convocados para integrar o seu corpo docente muitas das mais expressivas figuras da intelectualidade e do magistério brasileiro, a que vieram juntar-se no correr dos anos os professores de Universidades européias que, como já se fazia em São Paulo, se dispuseram a dar decisiva contribuição para o encontro do verdadeiro caminho do estudo e da pesquisa científica no Brasil. A Universidade do Distrito Federal teve vida efêmera, extinta como foi no começo do ano de 1939<sup>5</sup>. Porém, sem demora o Ministro Gustavo Capanema punha em andamento o que fora previsto na Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, destinada à organização da chamada Universidade do Brasil: assim sendo, já em maio de 1939 passava a existir de fato a Faculdade Nacional de Filosofia, para a qual se transferiram os alunos e muitos professores da UDF; e tinham prosseguimento as experiências científicas e educacionais intentadas na Universidade pioneira<sup>6</sup>.

## 2 – SOUSA DA SILVEIRA E A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NO BRASIL

Na composição do corpo docente de uma das unidades da UDF – a Escola de Filosofia e Letras – foi destinada a regência da cátedra de Língua Portuguesa ao professor Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, já bastante conhecido como autor de obras fundamentais, como os três compêndios que escreveu com o propósito de favorecer a visão geral da origem, formação, desenvolvimento e estado atual da nossa língua: *Trechos Seletos* (1919), *Lições de Português* (1923) e *Algumas Fábulas de Fedro* (1927)<sup>7</sup>. Sousa da Silveira teve assim a mais adequada oportunidade de levar avante os seus planos de ensino e de pesquisa, de que já vinha dando conta em artigos de colaboração em alguns dos principais jornais e revistas especializadas da época, como o que se publicou em 1921 com o título "A Língua Nacional e o Seu Estudo"<sup>8</sup>. Tendo

sido um dos professores da UDF aproveitados no corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia para exercer o mesmo cargo de catedrático, desempenhou seguidamente e por muitos anos o papel relevante de orientador dos estudos lingüísticos e filológicos nesse início dos cursos superiores de Letras no Brasil: e mais, pela circunstância de lhe ter sido também entregue a direção da cadeira de Lingüística Geral, coube-lhe ainda consagrar com o mais esclarecido apoio e a presença às aulas o primeiro curso dessa matéria, aqui ministrado por um jovem professor recém-chegado dos Estados Unidos – Joaquim Matoso Câmara Júnior<sup>9</sup>.

A biografia de Sousa da Silveira nos mostra que ele teve uma demorada, cuidadosa e multiforme preparação para o exercício do magistério, a sua verdadeira vocação<sup>10</sup>. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1883, e criado num ambiente propício ao cultivo dos estudos literários, foi aluno no curso secundário do Ginásio Nacional<sup>11</sup>, de 1897 a 1902, integrante da turma que desfrutou do privilégio de ter como mestres algumas das maiores figuras da intelectualidade brasileira – como José Veríssimo, Silva Ramos, João Ribeiro, Said Ali, Ramiz Galvão e outros, e em que foram seus condiscípulos Manuel Bandeira e Antenor Nascentes. Por razões especiais, ingressou em 1903 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro para fazer o curso de Engenharia, que se estendeu por duas etapas, afinal concluídas em 1918: foi aí que teve o ensejo de desenvolver o raciocínio matemático, segundo uma das suas tendências marcantes; mas ao mesmo tempo se patenteava nele a vocação para os estudos de língua e literatura, aguçada no contato com mestres e colegas do Ginásio Nacional. Desde menino, Sousa da Silveira se entregou à leitura de grandes autores e obras literárias, leitura atenta e meticulosa que o levaria a se interessar pela observação dos fatos da língua com rigor e lucidez penetrante. Tendo interrompido o curso de Engenharia para passar três anos em Portugal (de 1908 a 1911) em tratamento da saúde debilitada, atendendo a insistente convite do seu tio-avô, padrinho e benfeitor Visconde de Taíde, viu ampliadas as possibilidades do conhecimento das variedades do uso da língua portuguesa; e mais: a necessidade de manter correspondência com a família – mãe e irmãos que ficaram no Rio de Janeiro – deu azo a que se expandisse com ampla liberdade a tendência literária, de que entre outras provas já existia o livro de poemas que publicou em 1908, intitulado *Ecoss*, sob a inspiração do exemplo de Machado de Assis, amigo da família e morador da casa vizinha à mansão do Visconde de Taíde, na rua do Cosme Velho, bairro de Laranjeiras. De fato, foi em Lisboa que Sousa da Silveira pôde anotar miudamente os traços da pronúncia dos habitantes da capital portuguesa, confrontando-os com os da pronúncia carioca; foi lá mesmo que, preparando-se para uma viagem à região do Minho, terra dos seus ancestrais pelo lado paterno, dedicou-se à leitura de obras que refletissem a linguagem e a vida regional. Uma extensão dessa mesma viagem a terras da Galiza o fez aprofundar o conhecimento da língua espanhola, que aprendeu e praticou com extraordinária rapidez, e interessar-se pela cultura galega, em particular pelas figuras de dois poetas que se exprimiram em língua galega, Rosalía de Castro e Curros Enríquez. Sabendo repartir as atenções entre as manifestações da arte requintada e as da arte popular, entre os fatos da língua culta e os das diversas modalidades dos falares correntes e regionais, acumulou riquíssimo cabedal de ensinamentos, de que se valeria com segurança anos mais tarde, em razão do exercício do magistério de língua portuguesa, a que se consagrou regularmente a partir de 1917, ano em que conquistou

por concurso público o lugar de docente da Escola Normal do Distrito Federal (Rio de Janeiro).<sup>12</sup>

Para encontrar o rumo certo dos estudos e pesquisas de Lingüística e de Filologia Portuguesa, Sousa da Silveira apoiou-se principalmente nas lições de alguns grandes mestres portugueses e brasileiros que nos legaram notáveis contribuições ao progresso das duas ciências, dos fins do século XIX às primeiras décadas do século XX: Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, J. J. Nunes, Júlio Moreira, Gonçalves Viana, M. Said Ali, Silva Ramos, Otoniel Mota, Oskar Nobiling, João Ribeiro, Mário Barreto e alguns mais. Ressalte-se a coincidência de terem sido publicados em 1911, o ano do regresso ao Brasil, as duas obras de autores portugueses que mais fortemente influíram em sua decisão de se voltar para os estudos lingüísticos e de adotar nos escritos uma ortografia simplificada à luz de critérios coerentes e racionais: as *Lições de Filologia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos e as *Bases Para a Unificação da Ortografia* preparadas pela comissão de que foi presidente Francisco Adolfo Coelho e relator Gonçalves Viana.<sup>13</sup> Com relação ao livro de Leite de Vasconcelos, o próprio Sousa da Silveira haveria de dizer, num depoimento prestado ao jornalista Homero Sena em 1945:

A leitura das *Lições de Filologia*, do Doutor Leite de Vasconcelos, é que me veio mostrar que havia, realmente, uma ciência da linguagem que, podendo satisfazer às exigências do meu espírito, era menos seca do que a Matemática, por ter como objeto o mecanismo da produção da palavra e como importante campo de estudo os documentos da literatura, popular ou erudita, onde a alma humana, individual ou coletiva, se reflete ou está latente, ao alcance, porém, de uma observação penetrante.<sup>14</sup>

Os três primeiros trabalhos mais extensos de Sousa da Silveira decorrentes das atividades do magistério comprovam como em relativamente tão pouco tempo se assenhoreou do verdadeiro método de estudar e ensinar a língua portuguesa: *Trechos Seletos* (1919), *A Língua Nacional e o Seu Estudo* (1920) e *Lições de Português* (1923). A visão do lingüista e filólogo ainda mais se apurou nos anos seguintes, como se percebe nas novas publicações e nas reedições em que sempre procurava melhorar as lições ministradas. Ressaltam em seus escritos como traços principais da atuação renovadora que empreendeu: a noção de que os fatos devem ser observados e anotados com rigor e fidelidade, em todas as variedades do uso lingüístico, e não apenas na língua literária; a atenção dispensada à linguagem regional (como se vê na consagrada recensão ao livro *O Dialecto Caipira*, de Amadeu Amaral)<sup>15</sup>; a nítida compreensão de que é preciso recorrer aos autores contemporâneos e aos autores brasileiros sobretudo para a formulação das normas gramaticais que nos dizem respeito, sem desprezar todavia a lição dos clássicos; a necessária distinção entre os campos da Gramática e da Estilística, e o conhecimento seguro dos fenômenos de Fonética Sintática, indispensáveis à correta análise e interpretação dos textos; a oposição ao dogmatismo da corrente purista e aos preconceitos gramaticais, estilísticos e literários, de tão larga e perniciosa divulgação no ensino da língua e no meio intelectual. Na mesma linha de fidelidade aos fatos,



rejeitou mais de uma vez a denominação de "língua brasileira" para o português do Brasil, com argumentos claros, firmes e insofismáveis.<sup>16</sup> No plano didático, recomendou e praticou, como soluções adequadas e convenientes: a adoção da ortografia simplificada, de acordo com a proposta portuguesa de 1911, num momento em que muitos ainda a combatiam com a maior veemência; a exploração de textos selecionados, de todas as épocas, como fontes dos mais ricos e variados ensinamentos; o estudo dos múltiplos recursos de expressão da língua, e do vocabulário latino de que se originou a parte mais substancial do nosso léxico; o combate à supervalorização da teoria e da nomenclatura gramatical e aos excessos da análise sintática.

### 3 – A RENOVAÇÃO DA CRÍTICA TEXTUAL

Nas décadas de 30 a 50, foi ao campo da Crítica Textual que Sousa da Silveira dispensou maior atenção. Seu prestígio de preparador e comentador de textos clássicos se firmou com as publicações de artigos em série, depois reunidos em separatas ou livros, em que tratou da tragédia *Castro* de Antônio Ferreira (1932), da égloga *Crisfal* de Cristóvão Falcão (1933–1934), do poema *Sôbolos rios que vão* de Luís de Camões (1938), do *Auto da Alma* (1939–1942 e 1944) e do *Auto da Mofina Mendes* (1943) de Gil Vicente.<sup>17</sup> A partir de 1934, no exercício do magistério superior de Língua Portuguesa, imprimia ao ensino da matéria uma orientação segundo a qual era proporcionada aos alunos não só a visão mais ampla e aprofundada das questões de Lingüística Portuguesa, mas também a oportunidade da aplicação dos princípios da ciência filológica à análise dos nossos mais importantes documentos literários, portugueses e brasileiros. Ficaram famosas, desde os tempos da UDF, as suas aulas de comentários de texto, sobretudo aquelas em que fez a exegese de textos quinhentistas, como os já citados: e entre os ouvintes de cursos que ministrou sobre o *Auto da Alma* e o *Auto da Mofina Mendes* estiveram inclusive alguns professores, como Manuel Bandeira e Mário de Andrade, desejosos de aproveitar as sábias lições do filólogo. Essas aulas de Crítica Textual de Sousa da Silveira, em que com um mínimo de apoio teórico e reduzidíssimo uso da terminologia da ciência a apresentação dos textos se fazia com a preocupação dominante de caracterizar a autenticidade e fidedignidade dos mesmos e com o propósito de favorecer a compreensão global e particularizada dos seus elementos significativos, muito contribuíram por conseguinte para que se constituísse em torno do Mestre uma verdadeira "escola filológica", cujos discípulos perceberam de imediato a necessidade de participar do amplo e inadiável trabalho de defesa e valorização do patrimônio literário.<sup>18</sup>

Para preparar a matéria das aulas, dos artigos e livros que veio a publicar, Sousa da Silveira valeu-se sempre da experiência de leitor atento dos comentários filológicos em edições modelares como as das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1885), de "*Os Lusíadas*" *Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias* (1910), dos *Textos Arcaicos*, de Leite de Vasconcelos (1923) e outras.<sup>19</sup> Por isso, também, tais comentários na obra do autor das *Lições de Português* não ficaram restritos aos fatos lingüísticos, mas buscaram uma visão histórico-cultural para a explicação integral da mensagem literária.

O estudo comparativo das seis primeiras edições do livro *Trechos Seletos* (1919, 1935, 1937, 1938, 1942, 1961) fornece valiosos elementos para documentar a evolução do pensamento filológico de Sousa da Silveira e para compreender a sua trajetória de editor de textos. Se a antologia já na primeira edição revela a preocupação do autor de indicar com toda a clareza as fontes bibliográficas de que se utilizou, o que é um traço distintivo em relação ao que se fazia de modo geral, pode-se concluir por outro lado, a começar pela leitura das indicações bibliográficas, que o filólogo ainda não tinha a plena consciência do grave problema das transcrições textuais infieis, eivadas mesmo de grosseiras deturpações, em edições numerosas dos nossos autores, várias delas organizadas por ilustres figuras do mundo das Letras. Entre os anos que separam as duas primeiras edições – ou seja, de 1919 a 1935 – Sousa da Silveira aprimorou e enriqueceu de tal maneira os conhecimentos especializados e a visão pedagógica, que sentiu necessidade de introduzir modificações na coletânea de textos: e assim, na edição de 1935 se verifica a utilização mais freqüente de edições em vida dos autores ou de edições fidedignas, a preponderância numérica dos autores brasileiros e a escolha de novos textos com acentuados reflexos da natureza e dos costumes brasileiros.<sup>20</sup> Do final da década de 30 em diante, cremos nós, graças aos estudos mais detidos de *Fonética Sintática* – que anos mais tarde reuniu no livro *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Frases Feitas e na Interpretação de Textos*<sup>21</sup>, pôde perceber melhor a razão de ser de construções irregulares e aceitá-las como fatos da própria língua culta, segundo a lição dos bons autores: assim sendo, passou a adotar como norma no estabelecimento de textos críticos a de conservar com todo o rigor as formas lexicais e as construções sintáticas que se apontavam como inadmissíveis em vista de uma falsa noção de correção lingüística, ou como decorrentes de falha ou erro tipográfico. Dessa nova compreensão do que lhe cabia fazer resulta a principal diferença introduzida na apresentação definitiva dos *Trechos Seletos*: se na edição de 1935 o filólogo ainda tomava a liberdade de alterar o que tinha como inaceitável num texto antológico, fazendo no entanto com toda a honestidade o registro da correção em nota de pé de página, já na edição definitiva (1961) assumia a atitude inversa de preservar na transcrição crítica qualquer forma ou construção das que antes preconceituosamente impugnava e de também em notas de rodapé explicá-las à luz de outros critérios de avaliação do "certo" e "errado" em linguagem. Infelizmente, porém, até mesmo o seu espírito iluminado por essa compreensão que tanto o distinguiu no meio brasileiro pagou algum tributo a preconceitos e idéias gramaticais distorcidas, embora nele fosse constante o empenho de combatê-los com firmeza e lucidez.<sup>22</sup>

#### 4 – RELAÇÕES DE GUSTAVO CAPANEMA E SOUSA DA SILVEIRA

Já vimos que entre as preocupações fundamentais de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde estava a de pôr em prática as medidas de largo alcance destinadas a proteger as "obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza"<sup>23</sup> – em resumo, a proteger o patrimônio histórico, artístico e paisagístico brasileiro: para isso, propôs e obteve do Chefe do Governo a expedição dos Decretos-Leis de criação de dois órgãos – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Livro (INL), cuja atuação em quase cinquenta anos de existência hoje só se pode reconhecer como das mais benéficas em nossa vida cultural. Gustavo Capanema tomou ainda sob o seu patrocínio o movimento de renovação das Ciências, das Letras e das Artes, acompanhando com vivo interesse a realização dos planos docentes na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) e em outras unidades da Universidade do Brasil. Procurou cercar-se desde logo do que havia de melhor na intelectualidade brasileira, inclusive de alguns escritores ou artistas no começo de uma atuação que tanto os projetaria no cenário nacional e mesmo internacional. Entre os seus principais colaboradores, é forçoso destacar os nomes de Carlos Drummond de Andrade (Chefe de Gabinete do Ministro), Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor do SPHAN), Augusto Meyer (Diretor do INL), Raul Leitão da Cunha (Reitor da Universidade do Brasil), San Tiago Dantas (Diretor da FNF), Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Luís Camilo de Oliveira Neto, Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Burle Marx, Heitor Vila-Lobos, entre outros, o que ajuda a compreender o que significou esse momento histórico para o país.

O Ministro Gustavo Capanema sem demora teve notícias do altíssimo nível alcançado por Sousa da Silveira em sua atuação renovadora no magistério de Linguística e Filologia Portuguesa e como autor de trabalhos de fundamental e indiscutível valor. Assim, pois, meses depois de empossado, convocava o mestre das *Lições de Português*, junto com o professor Antenor Nascentes, para ter a colaboração de ambos na solução do problema do sistema ortográfico a ser adotado no Brasil. Mais adiante, em três momentos diversos Sousa da Silveira foi distinguido com provas de especial apreço do Ministro: em 1937, quando recebeu o filólogo a incumbência de preparar para o Ministério da Educação e Saúde uma edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães; em 1939, quando Sousa da Silveira foi nomeado catedrático de Língua Portuguesa da FNF; e em 1942, quando organizou para a chamada Reforma Capanema do ensino secundário o Programa de Português e as respectivas Instruções Metodológicas, que representaram a consagração dos novos métodos de ensino da língua entre nós.

A edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades* organizada por Sousa da Silveira figura entre as mais notáveis realizações de iniciativa do Ministro, interessado igualmente na defesa e na divulgação do nosso patrimônio literário. Já era colaborador do plano de publicação de obras-primas da literatura brasileira, que teria execução mais ordenada e ampla no recém-criado Instituto Nacional do Livro, o poeta Manuel Bandeira, que em 1937 lançou com o patrocínio do MES a sua *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, e em 1938 a *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana* e a edição das *Poesias* de Alphonsus de Guimaraens, de que é co-autor João Alphonsus. No caso de Domingos José Gonçalves de Magalhães, foi prevista a reedição das Obras Completas, que todavia não se efetivou: saiu apenas, como volume II, a edição crítica dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, com o texto estabelecido por Sousa da Silveira e com um prefácio literário de Sérgio Buarque de Holanda, no ano de 1939. Era este, na nossa bibliografia especializada, o primeiro grande exemplo de edição crítica e comentada de autor nacional, trazendo o texto integral do livro considerado o marco da introdução do Romantismo no Brasil em rigorosa transcrição

da versão definitiva de 1865, e em registros de pé de página as variantes das duas edições anteriores (1ª – 1836 / 2ª – 1859) e as notas e comentários filológicos.<sup>24</sup>

Foi portanto com a colaboração desses dois antigos alunos e colegas de turma no Ginásio Nacional (e desde então fraternais amigos) – Manuel Bandeira e Sousa da Silveira – que o Ministro Gustavo Capanema, empenhado na defesa do patrimônio histórico-cultural, começou a dispensar aos textos a proteção de medidas que os preservassem das descaracterizações em edições mal cuidadas e que promovessem a sua divulgação em edições merecedoras de toda a confiança.

#### 5 – UMA EDIÇÃO MODELAR: *OBRA DE CASIMIRO DE ABREU* (1940)

Entre todos os trabalhos de Sousa da Silveira no campo do Crítica Textual, o mais completo e impressionante é sem dúvida a edição das *Obras de Casimiro de Abreu*, publicada em 1940, por iniciativa de Afrânio Peixoto, diretor da coleção "Livros do Brasil" da Companhia Editora Nacional, em comemoração ao centenário do nosso grande poeta romântico, ocorrido no ano anterior. O filólogo pôde realizá-la em tão pouco tempo por estar bastante familiarizado com os poemas casimirianos, lidos e relidos desde os tempos da infância. No prefácio da edição, explicitou as três finalidades que nortearam a execução do trabalho:

- a) Restituição do texto de Casimiro (salvo no tocante à grafia, simples roupagem da palavra) à conformidade com o publicado em vida do autor, e que as múltiplas reedições têm deturpado bastante;
- b) Interpretação do sentido estético e rítmico da versificação nos pontos em que o poeta se desviou da rotina;
- c) Demonstração de que era inteiramente injusta a nota de escritor incorreto que mareava um tanto o renome de uma das mais belas e sólidas organizações literárias que temos tido, apesar do pouco tempo que viveu.<sup>25</sup>

De fato, o meigo poeta de *As Primaveras*, conquanto extremamente popular, sofria as graves e absurdas restrições acima mencionadas, por parte de estudiosos da língua e da versificação portuguesa e, por extensão, de leitores de bom nível intelectual imbuídos dos mesmos preconceitos: haviam-se difundido no meio literário as falsas noções de que Casimiro de Abreu era, além de escritor incorreto, um poeta medíocre e verzejador desleixado; porém, o filólogo as desfez em notas e comentários minuciosos e muito bem fundamentados, demonstrando cabalmente que o confronto do que escreveu Casimiro com a obra literária dos poetas da mesma época, em Portugal ou no Brasil, não o deixa em posição de inferioridade como querem fazer crer as apressadas e tendenciosas observações críticas ao seu legado artístico. Essas notas e comentários – que propiciam o entendimento exato da amplitude e relevância da atividade filológica – podem ser classificados em seis tipos principais: a) os referentes à fidelidade às lições textuais que se deve levar em conta; b) os de caráter histórico-cultural, que visam a favorecer a compreensão das alusões do poeta; c) os referentes às censuras a Casimiro por usar formas lexicais, construções, palavras, rimas que refletem o estilo português,

e não o brasileiro; d) os referentes a problemas de métrica, de ritmo ou de rima; e) os referentes a questões gramaticais ou estilísticas; f) os referentes a questões de pontuação. Por tudo isto, constitui essa edição das *Obras de Casimiro de Abreu* um dos grandes modelos para empreendimentos semelhantes no Brasil.<sup>26</sup>

## 6 – O DESPRESTÍGIO DA CRÍTICA TEXTUAL NOS CURSOS SUPERIORES DE LETRAS

A exposição que fizemos dá a perceber que, com as lições e os exemplos de grandes mestres como os já mencionados e outros, era de esperar – tanto em Portugal como no Brasil – o crescente progresso das pesquisas de Crítica Textual e a aplicação continuada dos princípios da ciência ao estudo e à preparação de edições de textos do maior interesse para a história da cultura dos dois países. No Brasil, discípulos de Sousa da Silveira dispuseram-se desde logo a cuidar também da edição de textos antigos e modernos, seguindo o seu exemplo: um deles, Serafim da Silva Neto, que aos 21 anos de idade já alcançava projeção entre os nossos linguístas e filólogos publicando no ano de 1938 uma primorosa edição comentada de *Fontes do Latim Vulgar (o Appendix Probi)*, foi dos primeiros a dedicar a merecida atenção à ciência filológica aplicada a textos portugueses, como atestam a recensão em que analisou a edição das *Obras de Casimiro de Abreu* de Sousa da Silveira (1941), o seu plano de editar o que denominou *Bíblia Medieval Portuguesa* (1947), e a sua edição crítica e comentada de *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro* de André de Resende (1947).<sup>27</sup> Em Portugal, na década de 40, um recém-licenciado em Letras, que na Universidade de Lisboa tivera o privilégio de receber lições de insígnies mestres, também já revelava a mesma aguda percepção dos problemas fundamentais nos estudos lingüísticos e filológicos, entrando por um caminho em que se consagraria como uma das grandes figuras da atualidade: José Gonçalo Herculano de Carvalho. Um artigo que publicou em 1949 com assinatura diferente da adotada em trabalhos posteriores, "Sobre o Texto da Lírica Camoniana", teve tal divulgação e louvor que ainda em nossos dias é apontado como "trabalho de vulto" e de leitura obrigatória para os que se empenham em apurar a autenticidade e a fidedignidade do que tem sido atribuído ao Poeta; anos mais tarde, embora atraído fortemente pelos estudos de Teoria da Linguagem e de Lingüística Portuguesa, também acharia tempo para dedicar-se à preparação e ao comentário de textos, como nos mostram a sua edição de uma parte selecionada de *Menina e Moça ou Saudades* de Bernardim Ribeiro (1960), e o que reuniu nos volumes II e III da *Opera Omnia* de Bocage organizada sob a direção de Hernâni Cidade (1969/1973).<sup>28</sup> A estes dois nomes ilustres de continuadores do labor filológico de mestres como Carolina Michaëlis, Epifânio Dias, Leite de Vasconcelos, Sousa da Silveira e outros, em Portugal e no Brasil, poderíamos acrescentar a relação dos que nos últimos cinquenta anos têm enriquecido a bibliografia de Crítica Textual, qualitativa e quantitativamente, com notáveis trabalhos de valorização das obras de autores portugueses e brasileiros: não o fazemos, porém, por sabermos que uma criteriosa citação de nomes implicaria o levantamento de dados históricos que não foi feito até o presente momento, e que por conseguinte há no momento o risco de numa relação apressada se cometerem omissões indesculpáveis. O que mais importa assinalar é que tais contribuições à Filologia Portuguesa, ainda que de um montante apreciável, estão muito aquém do que seria realmente desejável neste

período em que alcançaram tanto progresso os estudos de Lingüística e de Teoria da Literatura.

No nosso entender, por três razões as atividades de Crítica Textual, mormente a preparação de textos críticos e de edições críticas e comentadas, não têm despertado de modo geral maior interesse dos pesquisadores da área de Letras, e – mais grave ainda – não têm sido devidamente reconhecidas e valorizadas inclusive por professores do ensino universitário: a) a obsessão com os estudos gramaticais em todos os níveis do ensino da língua, vinda de longa data, e mais acentuada nos últimos tempos pela possibilidade do aproveitamento das recentes conquistas no campo da Lingüística Geral; b) a quase absoluta despreocupação com a formação filológica nos cursos superiores de Letras, onde afora as poucas exceções não se desenvolvem com autonomia e regularidade os estudos teóricos e a prática de Crítica Textual capazes de habilitar os estudantes a entender a importância e a utilidade das boas edições e a relevância da tarefa de zelar pela integridade e fidelidade na reprodução das obras literárias; c) a extrema complexidade do trabalho de elaboração das edições críticas, que demanda muito tempo, muita atenção e discernimento, e muita paciência, no cumprimento das penosas etapas da sua consecução.

Tal desprestígio da Crítica Textual é na verdade profundamente decepcionante e lamentável, pois nada justifica o descaso ou a indiferença com que tem sido encarada a atividade básica de cuidar da reprodução íntegra e fiel de todas as formas da mensagem escrita, ponto de apoio indispensável às conclusões seguras no aprimoramento do conhecimento científico. Herculano de Carvalho, na tripla condição de grande conhecedor da história da cultura portuguesa, de autoridade em assuntos de Lingüística Geral e de Lingüística Portuguesa, e de autor de valiosas contribuições à própria Crítica Textual, tem sabido avaliar bem o que representa esse desprestígio, e em mais de uma oportunidade a ele se referiu, como também propôs medidas corretivas para o quadro atual. Num artigo publicado pela primeira vez em 1968, observou:

o trabalho filológico, da edição e do comentário interpretativo dos textos literários portugueses, iniciado, – quase se pode dizer –, por uma Carolina Michaëlis, foi nas décadas seguintes lamentável e vergonhosamente abandonado, com algumas raras exceções de uns poucos, que bem viram que esse trabalho estava longe de se encontrar concluído e corajosamente lhe deram continuidade.

Assim caracterizou logo em seguida o estudo de textos de Bernardim Ribeiro e de Luís de Camões no referido artigo:

uma chamada de atenção para a necessidade inadiável de se retomar finalmente, *em bases verdadeiramente científicas e atualizadas*, a tarefa inacabada da *edição crítica* e do *comentário filológico* dos textos literários dos nossos escritores – tarefa preliminar indispensável para todo o estudo de crítica valorativa e de análise estilística, de cada obra e de cada autor ....<sup>29</sup>

Na abertura de um curso sobre problemas textuais na obra de Bocage, ministrado em 1973 no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, defendeu com os seguintes argumentos a inclusão da disciplina de Filologia nos cursos superiores de Letras:

Na qualidade de lingüista, desejaria dizer umas palavras também da importância dessa disciplina para aquela que especialmente cultivo. Recordarei apenas que, tendo o estudo de línguas extintas e de fases antigas de línguas vivas de se fundar exclusivamente nos textos escritos, só a crítica filológica, com os seus métodos mais rigorosos e exigentes, permite descobrir, em documentos a tantos títulos imperfeitos, uma imagem relativamente fiel da língua que esses documentos tão imperfeitamente conservam. Daí que seja desejável e altamente conveniente que nos "curricula" universitários quer de língua quer de literatura seja contemplada a inclusão de cursos de índole filológica. E isto, não apenas para formar futuros investigadores, mas para dar a todos quantos, em nível superior, estudam uma língua ou uma literatura, – digamos, concretizando, a língua portuguesa e a literatura de expressão portuguesa desde os cancioneiros medievais –, para lhes dar a consciência mais clara dos problemas que para esse estudo implica o conhecimento do texto escrito, através do qual por um lado se reconstitui a obra como produto da atividade verbal criadora de um autor, por outro lado a forma lingüística em que se deu essa atividade.

Pouco antes, nessa mesma aula inaugural, dera o depoimento do que colhera na experiência de preparar textos da obra de Bocage:

só o trabalho filológico, pela colação das várias edições da mesma obra e o cotejo das variantes, permite compreender aspectos essenciais da personalidade criadora de um poeta, retificando a imagem que outras fontes de informação nos apresentam mutilada e, de certo modo, deformada: o Manuel Maria repentista, improvisador brilhante e, por vezes, demasiado fácil, aparece-nos aqui como artista insatisfeito, que corrige e volta a corrigir os textos dos seus poemas, quando não os refaz por completo ...<sup>30</sup>

Só pode causar estranheza que pronunciamentos assim tão lúcidos e convincentes não tenham alcançado na República das Letras a desejável repercussão.

## 7 – MEDIDAS DE EFETIVA PROTEÇÃO AOS TEXTOS

É triste verificar o que tem acontecido como conseqüência do descaso ou do abandono a que têm sido relegadas as atividades filológicas de preparação de texto e de organização de edições críticas, no Brasil e em Portugal: de modo geral, as casas



editoras, acompanhando o progresso tecnológico, utilizam os recursos mais modernos de composição e impressão de livros; porém, não estando sujeitas a nenhuma exigência de preservar a integridade da obra literária, confiam as difíceis tarefas de estabelecimento dos textos, de preparação dos originais e de revisão tipográfica, com deplorável frequência, a qualquer pessoa que se disponha a encarregar-se das mesmas e a receber ínfima remuneração pelo trabalho executado. Também a improvisados profissionais se entrega com a mesma deplorável frequência a complexa operação filológica e lingüística que é a tradução, até mesmo a de textos literários. Os bons profissionais – preparadores de texto, revisores críticos, tradutores – sofrem, portanto, a absurda concorrência dos ineptos, e ainda por cima tendo de aceitar as imposições de editores que sabem valorizar a apresentação gráfica dos livros mas não sabem valorizar o principal – a qualidade do texto. Este é, salvo honrosas e poucas exceções, o quadro geral da editoração nos países de língua portuguesa.

Não foi sem fortes motivos, portanto, que na segunda sessão ordinária do I Congresso Estadual do Livro, realizada a 25 de setembro de 1979 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), após ouvirmos longa e minuciosa exposição sobre a produção do livro, em que se tratou de tudo menos do problema fundamental da qualidade do texto, achamos oportuno como debatedor apresentar à consideração do plenário as seguintes sugestões, bem exemplificadas, como convinha que o fossem:

- a) Que as instituições de ensino superior, levando em conta o progresso editorial no Brasil, procurem atender às exigências da boa formação de profissionais como o revisor crítico, o preparador de originais, o preparador de textos e de edições críticas, o tradutor, o diagramador e outros, com diversificações dos currículos dos cursos de Letras e de Biblioteconomia e a previsão da realização de estágios em empresas gráficas bem aparelhadas;
- b) Que as casas editoras façam corresponder aos esforços louváveis de modernização dos processos de composição e impressão a preocupação constante de reproduzir textos rigorosamente fiéis aos originais e isentos das falhas e erros tipográficos que tanto desmerecem numerosas publicações atuais;
- c) Que as instituições oficiais – como o Instituto Nacional do Livro e o Instituto Estadual do Livro de modo particular – só aceitem o patrocínio de edições comprometidas com todo esse empenho de reprodução fiel e cuidada dos textos, exigindo a menção da responsabilidade do próprio autor, ou de um profissional competente, ou da casa editora, no que diz respeito ao desempenho de tarefas fundamentais como a preparação de originais, a revisão tipográfica e outras;
- d) Que seja revista a legislação federal referente a direitos autorais, assegurando-se daqui por diante ao preparador de edições críticas e ao tradutor não simplesmente a remuneração por tarefa executada, mas em cada reedição do seu trabalho o percentual a que fazem jus por esses tipos de elaboração intelectual de alto nível e do maior interesse para o nosso progresso cultural.

É preciso e é urgente que o poder público e as instituições de cultura se mobilizem em defesa do patrimônio literário: com efeito, já estando "sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas"<sup>31</sup>, e fixadas as penas em que incorrem os que danificam bens tombados pela autoridade competente ou alteram "o aspecto de local especialmente protegido por lei"<sup>32</sup>, como compreender que idênticas medidas legais não resguardem as obras literárias das mutilações e grosseiras deturpações em tantas edições mal feitas? Se é possível, por exemplo, chamar à responsabilidade penal até mesmo o proprietário de um prédio de valor histórico que tenha tomado a iniciativa de alterar as suas características sem levar em conta as exigências da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), porque não admitir igualmente a possibilidade de responsabilizar nos termos de novos preceitos legais os editores descuidados ou inescrupulosos que pouco se interessam pela boa qualidade dos textos publicados?

Nossos autores, principalmente aqueles cuja obra já caiu em domínio público, como José de Alencar ou Machado de Assis, para citar apenas dois exemplos, merecem essa homenagem do mais absoluto respeito à integridade da mensagem literária que nos legaram. Se não tomarmos providências, continuarão a ser vítimas do descabimento de tantas reedições, algumas de excelente aspecto gráfico, que na verdade são imprestáveis para leitura ou estudo sério, tais as descaracterizações a que os textos foram submetidos. A experiência nos tem mostrado que dois tipos de profissionais incompetentes contribuem para o resultado desastroso: o mau revisor, que no confronto das provas com os originais deixa passar erros e até saltos na composição tipográfica; e – pior ainda – o mau preparador de textos, que na quase cegueira de limitados e distorcidos conhecimentos lingüísticos e filológicos se sente à vontade para corrigir supostos deslizamentos de forma e mesmo de conteúdo nas obras confiadas aos seus cuidados editoriais. Os exemplos que temos colhido das duas possibilidades apontadas são numerosos, impressionantes, eloqüentes por si mesmos: muitos deles já estão relacionados nos registros filológicos ou nos estudos prévios das edições que publicamos – como as dos romances *Ubirajara* (1970), *Til*, *O Tronco do Ipê* e *O Sertanejo* (1973), de José de Alencar<sup>33</sup>, da cena dramática *Camões e o Jau* (1980), de Casimiro de Abreu<sup>34</sup>, e mais recentemente, do romance *Amor de Perdição* (1983), de Camilo Castelo Branco.<sup>35</sup> Nesses registros se mencionam, entre muitos outros, os seguintes erros ou alterações textuais em edições mal feitas de grande distribuição no mercado de livros: "crueldade com que **tratavam, por vezes, os índios**" (em vez de "crueldade com que **tratavam os índios**", segundo a lição da única edição em vida do autor), "grande  **festa do chefe**" ("grande  **taba do chefe**"), "até  **o romper da alvorada**" ("até  **perto da alvorada**"), "para que  **nela bebas**" ("para que  **bebas nela**"), "O desprezo do inimigo o acompanharia aos  **seus nativos**" ("O desprezo do inimigo o acompanharia aos  **seus campos nativos**"), "a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso  **do mal**" ("a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso  **de mel**"), "Araci,  **conduze-me** à presença de Itaquê" ("Araci,  **conduz-me** à presença de Itaquê"), "tinha na mão  **o macaná afiado**" ("tinha na mão  **a macana afiada**"), "Além do casamento legítimo, havia o  **concubinato, era** uma adúltera, isto é, uma ladra e descia à última infâmia" ("Além do casamento legítimo, havia a  **concubinato, como existiu entre os romanos, produzindo direito e obrigação recíproca. A mulher que traía a fé conjugal, ou o concubinato,**

era uma adúltera, isto é, uma ladra e descia à última infâmia") – no romance *Ubirajara*; "braço" (por "abraço"), "afiar" (por "afilar"), "animar" (por "amimar"), "avançar" (por "avençar"), "chinelas" (por "chilenas") – no romance *Til*; "afago" (por "afogo"), "batalhar" (por "babatar"), "blocos" (por "biocos"), "bolinhos" (por "bolinhos"), "pequena dona de casa" (por "doninha de casa"), "cessar" (por "sessar") – no romance *O Tronco do Ipê*. Os poucos exemplos apresentados bem demonstram que as infidelidades textuais ora resultam de descuidos de revisão, ora da atuação de preconceitos gramaticais ou de uma visão muito falha e restrita da riqueza de formas lexicais na língua portuguesa que autorizam o revisor a corrigir nos textos o que considera absolutamente inaceitável, segundo a sua ótica. Numa edição do romance *O Sertanejo* anterior à nossa de 1973, lançada pela mesma editora, documentamos a seguinte curiosíssima alteração do texto, que se soma a inúmeras outras: na frase "nossos vaqueiros não seriam homens para pedir meças em jogos de destreza aos mais esforçados paladinos de outras eras"<sup>36</sup>, a expressão "pedir meças" (= temer comparações) foi substituída por "medir peças", o que desfigurou por completo a afirmação do romancista. Falhas assim gritantes – modificações de formas lexicais e de construções sintáticas, ou saltos no texto – documentamos também em edições da peça *Camões e o Jau*, de Casimiro de Abreu, inclusive a que foi publicada em 1972 pelo Serviço Nacional de Teatro, órgão do Ministério da Educação e Cultura.<sup>37</sup> A nossa mais recente experiência de organização de uma edição crítica – a do romance camiliano *Amor de Perdição* – permite-nos dizer, sem receio de contestação, que as edições atuais, salvo raras exceções (uma ou duas apenas), não podem merecer a menor confiança, tão graves e tão frequentes são as falhas e infidelidades textuais que nelas se verificam, nas edições brasileiras e também nas portuguesas.<sup>38</sup>

De tudo o que foi exposto cremos que se pode tirar a seguinte conclusão: as instituições culturais e educacionais mais ligadas ao campo das Letras precisam saber ou ter condições de valorizar as atividades de Crítica Textual; por outro lado, urge que os nossos legisladores aprovelem medidas de proteção ao patrimônio literário, tão seriamente atingido na forma e no conteúdo pela ação desastrosa e irresponsável, livre e descontrolada, dos maus revisores e preparadores de textos e dos maus editores. Sem tais providências, os leitores mais interessados e os estudiosos de língua e de literatura continuarão a não encontrar no mercado de livros as boas edições de que necessitam para assentar em bases seguras todo o trabalho da investigação literária. É oportuno lembrar, aliás, que a nova Constituição da República, de 5 de outubro de 1988, em seu Artigo 216 não só obriga o Poder Público a promover e proteger "o patrimônio cultural brasileiro" (§1º) mas também estabelece: "Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei" (§4º) – o que implica a definição na legislação ordinária das medidas que permitam chamar à responsabilidade os autores dos atentados ao patrimônio literário, tão frequentes e tão gritantes, como ficou demonstrado há pouco.

## NOTAS

1. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado pelo Decreto nº 19402, de 14 de fevereiro de 1931.
2. O Decreto nº 6283, de fundação da Universidade de São Paulo, está datado de 25 janeiro de 1934.
3. O texto integral do anteprojeto está transcrito no livro *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil: Uma Trajetória*, Brasília, MEC – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – Fundação Nacional Pró-Memória, 1980, p. 90-106.
4. Cf. *Diário Oficial* de 27 de dezembro de 1937, ano 76, nº 295, p. 25586.
5. A Universidade do Distrito Federal foi criada pelo Decreto municipal nº 5513, de 4 de abril de 1935, e extinta pelo Decreto-Lei nº 1063, de 20 de janeiro de 1939.
6. O Decreto-Lei nº 1190, de 4 de abril de 1939, determinou a forma de organização da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil. Pouco depois, o nome dessa unidade universitária passou a ser apenas Faculdade Nacional de Filosofia.
7. *Trechos Seletos – Com Uma Introdução Histórico-Gramatical e Anotações ....* Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1919. XX + 338 p. // *Lições de Português – Dadas no 3º Ano da Escola Normal ....* Ano Letivo de 1921. Rio de Janeiro, Revista de Língua Portuguesa, (1923). (2) + 280 + (8) p. // *Algumas Fábulas de Fedro – Com Tradução Literal, Notas Visando ao Português, e Vocabulário ....* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. 216 p.
8. In *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº 9, jan. 1921, p. 17-32. / Do artigo se tirou separata: *A Língua Nacional e o Seu Estudo – 6ª Conferência da Série Promovida e Organizada Pelo Curso Jacobina – Realizada a 12 de Agosto de 1920, no Salão do "Jornal do Comércio" ....* Rio de Janeiro, Tip. Lit. Rohe, 1921. (2) + 16p.
9. Por iniciativa de Sousa da Silveira, as aulas desse curso de 1938 na UDF foram publicadas em fascículos sucessivos (146 a 163) da *Revista de Cultura* dirigida pelo Padre Tomás Fontes, nos anos de 1939–1940, sob o título "Lições de Linguística Geral". Pouco mais tarde, reapareceram "melhoradas e ampliadas" no livro *Princípios de Linguística Geral (Como Fundamento Para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa)*, Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1942, em cujo prefácio Sousa da Silveira se estende em importantes considerações sobre a atuação de Matoso Câmara no curso pioneiro.
10. Dados biobibliográficos minuciosos sobre o lingüista e filólogo encontram-se no livro de nossa autoria *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, com prefácio de Pedro Nava, Rio de Janeiro, Presença, 1984, (16) + 365 p.
11. No começo da República, o antigo Colégio Pedro II passou a denominar-se Ginásio Nacional. Em 1909, no governo Nilo Peçanha, foi restabelecido o nome primitivo.
12. A antiga Escola Normal é hoje o Instituto de Educação, unidade de ensino do Estado do Rio de Janeiro.
13. J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa – Dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa ....* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911. XXIV + 519 p. //

- Ministério do Interior – Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial – 1ª Repartição, *Bases Para a Unificação da Ortografia que Deve Ser Adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais* .... Lisboa, Imprensa Nacional, 1911. 49 p.
14. Cf. Homero Sena, *República das Letras (20 Entrevistas com Escritores)*, 2ª edição (revista e ampliada), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1968, p. 148. / A entrevista com Sousa da Silveira, publicada pela primeira vez a 16 de setembro de 1945 em *O Jornal* do Rio de Janeiro, está transcrita nas páginas 147 a 165 dessa edição do livro de Homero Sena, com o título "O Problema da Língua Brasileira".
  15. In *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº 11, maio 1921, p. 23-32.
  16. Cf. "O Problema da Língua Brasileira", in Homero Sena, op. cit., p. 147-165, ou o parecer "Denominação do Idioma Nacional do Brasil", datado de 15 de outubro de 1946, in Sousa da Silveira, *Lições de Português*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Presença, 1983, p. 291-293.
  17. Cf. *Textos Quinhentistas – Camões: "Sóbolos Rios"; Cristóvão Falcão: "Crisfal"; Antônio Ferreira: "Castro"; Gil Vicente, "Auto da Alma" – Estabelecidos e Comentados por Sousa da Silveira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 374 + (4) p. / *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma) – Explicados por Sousa da Silveira*. 2ª edição melhorada e acrescida com o texto integral de cada auto. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. 223 p.
  18. Entre os discípulos declarados de Sousa da Silveira apontam-se como os primeiros a publicar notáveis contribuições ao progresso da Lingüística e da Filologia Portuguesa os professores Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Glástone Chaves de Melo, Celso Cunha, Jesus Belo Galvão, Antônio Houaiss; aos citados podem acrescentar-se vários outros nomes de discípulos que no exercício do magistério ou como autores de outros valiosos trabalhos tiveram sempre em mira o exemplo do grande mestre das *Lições de Português*.
  19. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda – Edição Feita Sobre Cinco Manuscritos Inéditos e Todas as Edições Impressas, Acompanhada de um Estudo Sobre o Poeta, Variantes, Notas, Glossário e um Retrato por Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Halle, Max Niemeyer, 1885. CXXXVI + 950 p. // "*Os Lusíadas*" de Luís de Camões – Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. 2 tomos, Porto, Magalhães & Moniz, 1910. XL + 316 + 350 p. (2ª edição, 2 tomos, 1916/1918). // *Textos Arcaicos* .... Coordenados. Anotados e Providos de um Glossário pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos .... 3ª edição (ampliada). Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923. 222 p.
  20. Cf. *Trechos Seletos – Complemento Prático às Lições de Português do Mesmo Autor com Uma Introdução Histórico-Gramatical e Anotações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 444 p. / No prefácio, diz o filólogo: "Atendendo a um justo reparo da crítica, faço refletir-se mais acentuadamente, nas páginas de agora, a nossa natureza, as coisas do nosso meio e da nossa vida. Neste particular, sou devedor de muito ao meu amigo, o nosso poeta Manuel Bandeira"; e indica em seguida os principais acréscimos e modificações nessa segunda edição do livro.
  21. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952. 203 p.
  22. V. o que dizemos sobre a evolução do pensamento filológico do grande Mestre em nosso livro, já citado na nota 10, *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, p. 308-314.

23. Cf. artigo 178 da Constituição de 1946, indicando que continuava "sob a proteção do poder público" o patrimônio histórico, artístico e paisagístico, como ao tempo da atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde.
24. Ministério da Educação – *Obras Completas de D. J. G. de Magalhães – Volume II: Suspiros Poéticos e Saudades*. Edição Anotada por Sousa da Silveira. Prefácio Literário por Sérgio Buarque de Holanda. (Rio de Janeiro), Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, XXXII + 386 p.
25. *Obras de Casimiro de Abreu* – Edição Comemorativa do Centenário do Poeta (1939) – Organização, Apuração do Texto, Escorço Biográfico e Notas por Sousa da Silveira .... São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. XXVI + 457 p. / Em 1955, por iniciativa do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, saiu a segunda edição do livro, com muitos acréscimos e melhoramentos.
26. V. as informações sobre a repercussão do trabalho do filólogo no livro de nossa autoria, já citado nas notas 10 e 22, *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*.
27. Serafim da Silva Neto, "Bibliografia ... *Obras de Casimiro de Abreu* .... por Sousa da Silveira", in *Revista Filológica*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 13, dez. 1941, p. 93-94. // Idem, "Notas – Bíblia Medieval Portuguesa", in *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, ano 2, fasc. 7, set. 1947, p. 139-142. // Mestre André de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro, Porteiro do Mosteiro de S. Domingos de Évora* – Edição Fac-Similada do Único Exemplar Conhecido, Acompanhada de Transcrição, Introdução e Notas por Serafim da Silva Neto – Prefácio-Estudo de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1947. 214 + (49) p.
28. José Gonçalo Chorão de Carvalho, *Sobre o Texto da Lírica Camoniana* (Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa). Lisboa, 1949. 56 p. // Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades* – Seleção e Fixação do Texto, Introdução, Notas e Glossário de J. G. Herculano de Carvalho .... Coimbra, Atlântida, 1960. 103 p. // Manuel Maria Barbosa du Bocage .... *Opera Omnia* – Direção de Hernâni Cidade – II: Odes, Canções, Epístolas, Idílios, Cantos e Cantatas – Preparação do Texto e Notas de José Gonçalo Herculano de Carvalho. Lisboa, Livraria Bertrand, 1970. 375 p. / Idem .... III: Elegias, Epicédios, Sátiras, Poesias Várias, Fragmentos, Elogios, Elogios Dramáticos, Dramas Alegóricos, Fragmentos Dramáticos, Traduções – Preparação do Texto e Notas de José Gonçalo Herculano de Carvalho e de Maria Helena Paiva Joachin. Lisboa, Livraria Bertrand, 1970. 382 p. (A parte tratada por Herculano de Carvalho corresponde às 109 páginas iniciais do volume – Elegias, Epicédios, Sátiras, Poesias Várias, Fragmentos).
29. José G. Herculano de Carvalho, *Crítica Filológica e Compreensão Poética*. 2ª edição, revista, com uma nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, MEC, Departamento de Assuntos Culturais – Programa Especial UFF-FCRB, 1973, p. 11. / A publicação anterior deste trabalho foi feita nas páginas 85-107 de *Festschrift Litterae Hispanae et Lusitanae zum fünfzigjährigen Bestehen des Ibero-Amerikanischen Forschungs-instituts der Universität Hamburg, herausgegeben von Hans Flasche*, Max Hueber, Verlag, München, 1968.
30. "Aula Inaugural dos Cursos do Prof. José Gonçalo Herculano de Carvalho Sobre Gramática Gerativa-Transformacional e os Problemas Textuais da Obra de



- Bocage", in *Sessão Inaugural do Programa Especial UFF-FCRB ....* Organizado pela Universidade Federal Fluminense e pela Fundação Casa de Rui Barbosa, Niterói, UFF – Imprensa Universitária, 1973.
31. Cf. Art. 180, parágrafo único, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
  32. Cf. Art. 165 e 166 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
  33. José de Alencar, *Ubirajara – Lenda Tupi*. 14ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da 1ª Edição (1874) – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva .... Colaboração de Dulce Mendes e Maria Alice Pires Cardoso de Aguiar. São Paulo, Melhoramentos, 1970. 168 p. // Idem, *Til – Romance Brasileiro*. 9ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da Edição de 1872 – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva .... Colaboração de Marlene Mendes Veloso. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 276 p. // Sênio (José de Alencar), *O Tronco do Ipê – Romance Brasileiro*. 15ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da Edição de 1871 – Apuração do Texto, Introdução, Notas e Índices, Preparação dos Originais e Revisão por Maximiano de Carvalho e Silva .... Colaboração de Aluísio Gonçalves Costa, Noêmia Leite Costa e Marlene Mendes Veloso. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 292 p. // José de Alencar, *O Sertanejo*. 10ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da 1ª Edição (1875) – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva .... Colaboração de Marlene Mendes Veloso, Lúcia Pereira Garcia Ramos e Masumi Ota. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 319 p.
  34. Casimiro de Abreu, *Camões e o Jau*. Reprodução Fac-Similada da 1ª Edição (1856) .... Apresentação de Aldio Leite Corrêa – Estudo Prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Niterói, Comissão Especial do IV Centenário da Morte de Luís de Camões, 1980. 24 + (26)p.
  35. Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição (Memórias Duma Família)*. Reprodução Fac-Similada do Manuscrito, em Confronto com a Edição Crítica, Segundo Plano Organizado e Executado sob a Direção de Maximiano de Carvalho e Silva .... Estudo Prévio Histórico-Literário de Aníbal Pinto de Castro. Rio de Janeiro / Real Gabinete Português de Leitura, Porto / Lello & Irmão, 1983. LXXX + 646 p.
  36. Cf. edição de 1875, 1ª Parte, Capítulo XVI, §42.
  37. Casimiro de Abreu, *Camões e o Jáo* [sic] – *Cena Dramática*. Rio de Janeiro, MEC – Serviço Nacional de Teatro, 1972.
  38. No estudo prévio da edição do *Amor de Perdição* mencionada na nota 35, p. XXXII-XXXV, fazemos referência a algumas dessas edições atuais do romance que se caracterizam pela má qualidade do texto, e indicamos num quadro comparativo as principais infidelidades e grosseiras deturpações encontradas na reprodução dos seis capítulos iniciais.

\*\*\*